

Valor Econômico, 07 de Junho de 2022.

Bolsonaro e o Índice de miséria

Perspectivas para os próximos meses não são nada animadoras

Por João Saboia, João Hallak Neto e François Roubaud

O índice de miséria foi criado pelo famoso economista americano Arthur Okun a partir da ideia de que inflação e desemprego estariam inversamente correlacionados conforme sugerido pela curva de Phillips. Em outras palavras numa conjuntura recessiva, o desemprego tenderia a crescer ao mesmo tempo em que a inflação diminuiria e vice-versa. Ele é calculado pela soma da taxa de inflação e de desemprego. Assim, quanto maior seu valor pior seria a situação da população de um determinado país.

Neste artigo procuramos complementar o índice de miséria em busca de um retrato um pouco mais amplo da realidade do país mantendo, ao mesmo tempo, sua simplicidade. Em vez de dois, são utilizados quatro componentes em seu cálculo.

A inflação é uma informação fundamental, mantida na nova versão do índice a partir da utilização do INPC. Trata-se de um índice mais apropriado para a evolução do custo de vida da população mais pobre do que o IPCA

A taxa de desocupação foi substituída pela taxa de subutilização da força de trabalho que inclui, além dos desocupados, os que trabalham menos horas do que o desejado e a força de trabalho potencial (desalentados ou não). Trata-se de uma medida que nos parece dar uma informação mais ampla sobre as dificuldades no mercado de trabalho no Brasil do que a taxa de desocupação.

Para incorporar uma medida de renda foi utilizado o rendimento médio da força de trabalho (ocupados e desocupados). Reconhecemos que teria sido melhor incluir todos os rendimentos e não apenas os do trabalho, mas na falta de informações trimestrais na Pnad Contínua sobre os demais rendimentos, utilizamos a principal fonte de renda da população, ou seja, o rendimento do trabalho.

Foi ainda incluída uma medida sobre o nível de inadimplência da população obtida a partir de informações da CNC. Tal índice está associado, principalmente, a dívidas em atraso com cartão de crédito, cheque especial e crediário. Os altos valores encontrados para a inadimplência deixam clara a situação precária de importante parcela da população brasileira. Foram utilizados os dados trimestrais dos quatro indicadores desde 2012, quando a Pnad Contínua iniciou a divulgação de suas informações.

A inflação teve seu melhor desempenho entre 2017 e 2020 e o pior na crise de 2015/2016 e a partir do final de 2020. No primeiro trimestre de 2022 atingiu o nível mais elevado da série (11% em 12 meses). A subutilização da força de trabalho diminuiu até 2014, iniciando em 2015 um movimento contínuo de crescimento até atingir a taxa máxima de 30,4% no terceiro trimestre de 2020. A partir daí tem caído, embora ainda permanecendo em níveis bem elevados comparativamente a meados da década passada.

O rendimento médio da força de trabalho sofreu bastante nas duas crises (2015/2016 e 2020/2021). Seu nível mais baixo ocorreu no último trimestre de 2021. Com relação à inadimplência da população, houve queda até o início de 2015, seguida de tendência de elevação. Tem se mantido em níveis altos nos últimos anos, atingindo o valor mais elevado (30,3%) no primeiro trimestre de 2022.

A transformação das quatro variáveis no índice de miséria foi realizada com a utilização de metodologia semelhante à do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU. Cada variável é transformada em um número entre zero e 100, sendo zero a melhor situação observada no período analisado e 100 a pior situação, ou seja, o índice de miséria mais alto. Em seguida é feita a média dos quatro indicadores para a obtenção do novo índice de miséria. Os resultados estão apresentados no gráfico.

O período do governo Dilma (o gráfico começa no segundo ano de seu governo) foi o mais favorável. Partindo do valor 40,1 houve queda do índice na maior parte do tempo até o quarto trimestre de 2014 quando atingiu 13,4. A partir do início de 2015 houve forte aumento até seu impeachment em meados de 2016 quando chegou a 66,1. Em média, o índice de miséria durante seu governo ficou em 35,1.

Ao longo do período Temer o índice de miséria foi caindo suavemente, partindo de 67,6 no terceiro trimestre de 2016 até 44,2 no último trimestre de 2018. Em média ficou em 54,5 no seu governo.

Quando analisado o período do governo Bolsonaro, observa-se uma certa flutuação do índice até meados de 2020, a partir de quando há uma disparada. Enquanto não passava de 47,2 no segundo trimestre de 2020, atingiu 86,9 no final de 2021, representando o valor mais alto de todo o período analisado. Em termos médios, o período Bolsonaro apresenta também o valor mais elevado comparativamente aos demais (62,0). Sem dúvida, a crise da covid-19 contribuiu para a subida do índice de miséria, mas a dificuldade em reverter o movimento de alta do índice mostra a incapacidade do atual governo em melhorar o bem-estar da população após dois anos de início da pandemia.

O governo Bolsonaro tem tomado uma série de medidas tipicamente eleitoreiras na tentativa de agradar a população e seus aliados com o claro objetivo de vencer as eleições de outubro. O primeiro passo foram as mudanças no pagamento dos precatórios e no cálculo do valor do teto dos gastos para aumentar o volume de recursos para as despesas públicas em 2022. Entre as medidas recentes podem ser citadas, por exemplo, a recente liberação de recursos do FGTS, a antecipação do 13º de aposentados e pensionistas do INSS, a criação do Vale Gás para os mais pobres, a luta contra os reajustes de preços dos combustíveis e as contínuas intervenções na direção da Petrobras. Antes, já havia substituído o Bolsa Família pelo Auxílio Brasil e o Minha Casa Minha Vida pelo Casa Verde e Amarela.

As perspectivas para os próximos meses não são nada animadoras. A inflação deve permanecer alta até o final do ano e com as atuais dificuldades do mercado de trabalho provavelmente o rendimento real da população continuará em queda e a taxa de subutilização, elevada. Além disso, as atuais taxas de juros contribuirão para a manutenção do alto nível de inadimplência. Nesse contexto o índice de miséria permanecerá elevado e Bolsonaro deverá ter grandes dificuldades para convencer a maioria dos eleitores a apoiá-lo em outubro.

Link para a matéria original:
<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/bolsonaro-e-o-indice-de-miseria.ghtml>